

ENTRE O INVISÍVEL E O “HERÓI”: NOVOS OLHARES SOBRE O MOVIMENTO SERTANEJO DO CONTESTADO

Alexandre Assis Tomporoski¹
Elói Giovane Muchalovski²
Ivone Mazutti De Geroni³
Pablo Bonifácio Cordeiro de Lima⁴

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar o processo histórico pertinente à instauração do município de Canoinhas (SC) e desvelar o papel desempenhado pelo fundador do município a partir de uma perspectiva que transcende a ideia de pioneiro e reconstrói a sua multiplicidade de relações. Para tanto, concebe-se a região em tela como uma região de fronteira, o que permite examinar os embates e seus aspectos trágicos, que resultaram em genocídios ou em cruentas lutas de classe. Foram analisadas fontes oficiais e jornalísticas, viabilizando a construção de uma narrativa alternativa à oficial, na qual os indígenas deixam de ser invisibilizados e o pioneiro não é heroificado. Conclui-se que, o processo histórico que resultou no surgimento do município de Canoinhas, decorreu de um conjunto de intensos conflitos, que impactaram sobre populações indígenas e demais grupos que pretendiam o controle da região.

Palavras-chave: Contestado. Indígenas. Pioneiro.

BETWEEN THE INVISIBLE AND THE “HERO”: NEW VIEWS ON THE SERTANEJO MOVEMENT OF THE CONTESTADO

ABSTRACT: This article aims to analyze the historical process pertinent to the establishment of the municipality of Canoinhas (SC) and to reveal the role played by the founder of the municipality from a perspective that transcends the idea of pioneer and reconstructs its multiplicity of relationships. In order to do so, the region on canvas is conceived as a border region, which allows one to examine the clashes and their tragic aspects, which have resulted in genocides or bloody class struggles. Official and journalistic sources were analyzed, making possible the construction of

¹Doutor em História pela UFSC. Professor Permanente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Santa Catarina. Brasil. E-mail: alexandre@unc.br.

²Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Campus Irati. Paraná. Brasil. E-mail: eloigiovane@gmail.com.

³Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Contestado. Santa Catarina. Brasil. E-mail: ivonemazutti@yahoo.com.br.

⁴Graduando em Direito pela Universidade do Contestado. Santa Catarina. Brasil. E-mail: pablocordeiro.lima@hotmail.com.

an alternative narrative to the official one, in which the natives are no longer invisible and the pioneer is not heroic. It is concluded that the historical process that resulted in the emergence of the municipality of Canoinhas was the result of a series of intense conflicts that affected indigenous populations and other groups that wanted to control the region.

Keywords: Contestado. Indigenous. Pioneer.

ENTRE INVISIBLE Y "HÉROE": NUEVA MIRADA AL MOVIMIENTO CAMPONES DEL CONTESTADO

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar el proceso histórico pertinente al establecimiento del municipio de Canoinhas (SC) y desvelar el papel desempeñado por el fundador del municipio desde una perspectiva que trasciende la idea de pionero y reconstruye su multiplicidad de relaciones. Con este fin, la región en cuestión se concibe como una región fronteriza, lo que nos permite examinar los enfrentamientos y sus aspectos trágicos, que resultaron en genocidios o luchas de clases sangrientas. Se analizaron fuentes oficiales y periodísticas, lo que permitió la construcción de una narrativa alternativa al funcionario, en la que los pueblos indígenas ya no son invisibles y el pionero no es heroificado. En conclusión, el proceso histórico que resultó en el surgimiento del municipio de Canoinhas fue el resultado de una serie de conflictos intensos que afectaron a las poblaciones indígenas y otros grupos que tenían la intención de controlar la región.

Palabras clave: Contestado. Indígena. Pionero.

INTRODUÇÃO: LACUNAS NOS ESTUDOS SOBRE O CONTESTADO

O Movimento Sertanejo do Contestado, outrora deflagrado na região do Planalto Catarinense e Sul do Paraná, entre os anos de 1912 e 1916, consistiu num complexo e multifacetado movimento social, no qual a população local – representada pelos caboclos – enfrentou metade do contingente de soldados do exército brasileiro, além de milhares de capangas armados pelos coronéis da região, em uma luta fratricida que ceifou dezenas de milhares de vidas. No âmago deste movimento, encontrava-se a luta dos caboclos pelo direito de autogerirem suas vidas e manterem suas relações sociais, econômicas e culturais, com a predominância de um forte traço religioso, dentro de parâmetros que consideravam justos. Concomitantemente ao massacre físico desencadeado contra a população local, instaurou-se um estigma àquela população, ao território e à própria história do movimento, tendo sido seus protagonistas alcunhados de “fanáticos” e “jagunços”,

cuja suposta ignorância fora responsável pela guerra e, de certa maneira, pelo atraso no desenvolvimento daquela região. Por conseguinte, sua história fora relegada a segundo plano ou interpretada como uma odisseia de ignorantes no interior do Brasil. A partir do início dos anos 2000, a retomada de esforços na análise e interpretação do movimento do Contestado, gerou avanços e novas perspectivas sobre a história daquele conflito social. A sofisticação da instrumentalização teórico-metodológica, aliada a um período de expansão dos programas de pós-graduação no Brasil, propiciou o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a temática, as quais, por sua vez, contribuíram para a superação de antigos mitos historiográficos e preconceitos relacionados⁵.

Apesar de profícua produção que aborda o movimento – cabe lembrar que as primeiras interpretações foram publicadas pelos militares que combateram no Contestado – permanecem lacunas à espera de estudos. Entre os temas que ainda carecem de abordagens sistemáticas, pode-se citar a trajetória das populações indígenas no território do Contestado, inclusive a profunda transformação impingida ao seu modo de vida, decorrente da abertura da Estrada de Tropas (1728) e da chegada das primeiras levas de imigrantes. No ano de 1829, ocorreu a instalação de uma colônia de imigrantes alemães, em Rio Negro/PR. O grupo que passara a viver na colônia, invadiu o território dos índios Xokleng, gerando numerosos conflitos. Outro tema que requer ampliação de pesquisas, refere-se aos embates relacionados à Questão de Limites, na região situada entre os rios Timbó e Paciência, no norte do

⁵ Acerca da produção recente sobre a temática do Contestado consultar: RODRIGUES, Rogério Rosa. Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro na Primeira República. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008; VALENTINI, Delmir José. Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na região do Contestado (1906-1916). Porto Alegre. Tese (Doutorado em História). PUC/RS. Porto Alegre, 2009; ESPIG, Márcia J. Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Pelotas: Ed. UFPel, 2010; CARVALHO, Miguel. Mundstock. Xaxier de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. "O polvo e seus tentáculos": A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. Tese de Doutorado em História, UFSC, Florianópolis, 2013; DALLANORA, Cristina. Conflito de terra e formas de apropriação no Meio-Oeste Catarinense: o caso de Vivaldino Silveira de Ávila (1916-1930). *Conversas & Controvérsias*, v. 4, p. 127-148, 2017; POYER, Viviani. Fronteiras de uma guerra: diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado, 1907-1918. Tese (Doutorado em História). UFSC. Florianópolis, 2018; MUCHALOVSKI, Eloi Giovane. A Questão do Timbó e Canoinhas: discursos e representações na imprensa do Paraná e Santa Catarina (1900-1908). Dissertação (Mestrado em História). UNICENTRO, Irati, 2018.

Planalto Catarinense, conhecida como ‘o contestado do Contestado’. A disputa entre os estados de Paraná e Santa Catarina, pelos limites territoriais, marcou aquela região e estimulou o surgimento de vilas e municípios, meio de se estabelecer jurisdição e controle sobre a área em litígio. Pouco se conhece sobre a origem de muitos deles, caso de Canoinhas. É recorrente que o processo histórico relacionado à fundação desses municípios desconsidere os fatores anteriormente mencionados, atribuindo-se a heroica ação de fundar ou criar uma comunidade embrionária a um determinado indivíduo, costumeiramente alguém ligado a um grupo político dominante. Dessa forma, todas as demais contribuições são colocadas à margem da narrativa oficial.

A área onde surgiu o município de Canoinhas foi território das populações indígenas, especialmente Xoklengs, durante milhares de anos. Conforme ocorreu o desenvolvimento da fronteira de expansão, especialmente a partir da ação de paulistas e, de forma mais efetiva, por meio da abertura da Estrada de Tropas, na primeira metade do século XVIII, as populações originárias passaram a disputar suas próprias terras contra os novos invasores, e a região tornou-se epicentro de uma disputa territorial.

Segundo a narrativa oficial,

[...] foi Paula Pereira o fundador do arraial, onde posteriormente chegaram imigrantes alemães e poloneses, procedentes das localidades catarinenses de São Bento, Joinville, Campo Alegre e Blumenau. Situado no território do Contestado, objeto de disputa entre Paraná e Santa Catarina. Nos primeiros anos deste século, o povoado teve seu desenvolvimento prejudicado pelas agitações decorrentes do conflito. Contudo, alcançou sua emancipação administrativa. Em 1902, era criado pela Prefeitura do Município de Curitiba o distrito de Santa Cruz de Canoinhas, e este foi elevado em 1911, pela lei estadual n.º 907, à categoria de Município. Com a denominação de Santa Cruz de Canoinhas. Em 1916, superada a crise do Contestado, o Município foi incorporado, em definitivo, ao Estado de Santa Catarina (BRASIL, 1961).

Em que pese os conflitos, os indígenas não estão presentes na narrativa oficial. Inclusive em parte da produção acadêmica, as primeiras ocupações teriam ocorrido pelo caminho das tropas, através do estabelecimento de pontos de cultivo por tropeiros paulistas e gaúchos, servindo como campos para invernada. Nas palavras de Cabral: “tudo leva a crer que a região fosse conhecida desde os fins do século XVIII e começos do século XIX” (CABRAL, 1979, p. 329).

Devido à inexistência, até o presente momento, de um trabalho especificamente sobre a história local, que tenha problematizado a municipalidade de Canoinhas enquanto objeto de estudo, o que tem amparado diversos trabalhos na área são obras genéricas, geralmente sobre a história de Santa Catarina ou pequenos folhetos produzidos com intenção comemorativa. Não obstante, textos mais detalhados, que tentam reconstruir tais aspectos, foram realizados com maior esforço por jornalistas, entretanto, reproduzem visões estereotipadas e tendenciosas, intrinsecamente atreladas ao discurso do progresso e ao enaltecimento dos imigrantes colonizadores como símbolo de expansão e modernidade.

O presente artigo objetiva reconstruir parte do processo histórico que resultou no surgimento do município de Canoinhas, por meio de uma abordagem que busca desvelar a presença dos grupos indígenas, os conflitos decorrentes do avanço da frente de expansão, bem como analisar aspectos da trajetória do fundador oficialmente reconhecido: Francisco de Paula Pereira. Nesse sentido, propõe uma narrativa alternativa ao processo de ocupação, para além da versão oficial, que costuma dar visibilidade apenas à figura do pioneiro ou das autoridades oficiais que primeiro estabeleceram o controle do Estado sobre aquele território.

Na historiografia, não é de hoje que se refuta o discurso do pioneirismo, ou seja, da história narrada pelos de cima em detrimento dos de baixo. Desde as contribuições da Escola dos Annales, concepções teóricas que objetivam apresentar a narrativa sob a perspectiva dos vencidos, aqueles que foram esquecidos e subjugados, vêm se afirmando na Academia. Ao mesmo tempo em que tais iniciativas tiveram de enfrentar, e ainda enfrentam, críticas quanto a tipologia das fontes utilizadas em seus expedientes, novos métodos e diferentes tratamentos de documentos – antes refutados, como os jornais, por exemplo – têm permitido consideráveis avanços.

No que tange à história regional memorialista, dita não-acadêmica, o rompimento com o discurso do pioneirismo ainda sofre resistência imediata, pois desconstrói imagens pré-estabelecidas de heróis, mormente quando tais imagens são utilizadas para firmar privilegiadas posições nas relações humanas, sejam elas de cunho econômico, social ou cultural.

Adotou-se como ferramenta teórico-metodológica o conceito de fronteira proposto pelo sociólogo José de Souza Martins, que aponta para o fato de que a figura central e sociologicamente reveladora da realidade social da fronteira, e de sua importância histórica, não é o que convencionalmente chamamos de pioneiro, desbravador, colonizador, etc., mas sim aquela categoria que o autor denomina como vítima, sendo esta a figura central e metodologicamente explicativa dos processos históricos e sociais. O autor propõe que o outro – a vítima – seja tomado como mecanismo para interpretação do conceito de fronteira, não reduzindo-a apenas a uma concepção geográfica, mas sim “fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, sobretudo, fronteira do humano” (MARTINS, 2009, p. 11). Nesse contexto, a fronteira, enquanto categoria histórica, apresenta possibilidades interpretativas que extrapolam a noção de território, de simples linha limítrofe que separa grupos sociais e culturas. Entre as fontes utilizadas, encontram-se fontes bibliográficas relacionadas ao objeto de estudo, oficiais e, principalmente, fontes jornalísticas dos séculos XIX e XX, coletadas a partir da Hemeroteca Digital, ferramenta de consulta disponibilizada pela Biblioteca Nacional, pois “a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO, 1994, p. 118). Desse modo, objetiva-se abordar aspectos relativos à história local do município de Canoinhas, utilizando-se como filtro interpretativo uma visão oposta à do pioneiro, legando às vítimas a possibilidade de se manifestarem, mesmo que de maneira breve e sintética. Assim, o artigo permite vislumbrar um cenário mais amplo, abrangendo a atuação dos indígenas. O principal resultado obtido consiste em uma nova abordagem para a construção da história local, além da publicização de fontes que poderão ser utilizadas em outras pesquisas.

“INFESTADO POR HORDAS DE BUGRES” : OS INDÍGENAS ENTRE RIO NEGRO E CANOINHAS

As populações Xokleng, que ocuparam a região onde atualmente localiza-se o município de Canoinhas, foram paulatinamente expulsas pelo avanço do homem branco. Esse processo gerou enfrentamentos.

[...] não se pode pensar que os Xokleng resolveram decretar guerra ao branco-invasor. Não se pode pensar, também, que os indígenas se aproximaram do branco e de sua propriedade sempre com o intuito de observar, de ver o que fazia o novo habitante, pacificamente [...]. Não havia assim guerra ao branco e sim revide a ataques ou simplesmente agressão, motivadas, às vezes, pelo encontro de índios e brancos em territórios que ambos tinham interesse. E para um povo que vivia já em estado de guerra, a presença dos brancos na floresta, com suas armas barulhentas, não poderia significar paz (SANTOS, 1973, p. 64).

Os enfrentamentos entre indígenas e colonizadores, na região de Canoinhas, eram frequentes e chegaram às páginas de jornais do período. O discurso adotado – pelos indivíduos e grupos que passaram a manter uma ocupação mais presente sobre aquele território – variava entre afirmações sobre a existência de “vazio”, um sertão isolado e sem presença humana e a indicação da presença dos temidos “selvagens”.

No ano de 1883, o engenheiro Alfredo Ernesto Jacques Ouriques realizou uma expedição pela zona fronteira situada entre as províncias do Paraná e de Santa Catarina, a fim de determinar os limites geográficos e elaborar material cartográfico mais confiável. Entre outras expedições menores, em 11 de março daquele ano, Alfredo partiu com um grupo de exploração de um ponto na estrada entre Rio Negro e Canoinhas, percorrendo a extensão do rio Canoinhas em busca da localização de sua foz, fazendo o levantamento de sua margem esquerda. O grupo foi acompanhado por duas canoas que conduziam o material e víveres para dois meses. Em decorrência do agravamento da tensão entre Paraná e Santa Catarina, no ano de 1888 o jornal Conservador, de Desterro, (antiga denominação da capital da Província de Santa Catarina), publicou o relato do explorador nas páginas do periódico. Segundo a descrição, havia preocupação entre os membros da expedição, pois “tínhamos de atravessar considerável extensão de desertos desconhecidos, habitados por índios bravos e feras” (Jornal Conservador. Ano V, N.º 266. Desterro, 24/11/1888).

No entanto, pode-se rastrear sutilmente em suas palavras indicações sobre a presença de grupos ocupantes daquela área, tanto indígenas quanto caboclos. O engenheiro afirmou que selecionara parte do grupo que lhe acompanharia entre pessoas do local, escolhidos “entre os sertanejos mais práticos e corajosos”. Certamente eram ocupantes daquela área que subsistiam por meio da exploração dos mínimos vitais e pela coleta da erva-mate devoluta.

Ao longo dos dois meses seguintes, com tempo sempre chuvoso e sob risco de enchente do rio que explorava, a preocupação com os indígenas era constante “sentimo-nos sempre sob a vigilância do índio sagaz e astuto, mas nunca o podemos ver, porque também nunca demos ensejo de se mostrarem”.

A expedição não estabeleceu contato direto com os indígenas daquele território, mas identificou intensa utilização de toda aquela área pelos silvícolas: “em todo o curso do Canoinhas encontrávamos pontes, feitas com árvores derrubadas, de ambas as margens para o leito do rio, das quais se servem para atravessá-lo”.

A expedição logrou chegar ao Salto do rio Canoinhas, uma formação geográfica onde o rio apresenta profundidade reduzida. Embora se apresentando como o desbravador do território e responsável pela ‘descoberta’ do Salto: “não constava ter ainda chegado a essa região explorador algum”, a descrição do local, por parte do explorador, também indica a existência de uma ocupação antiga e a presença intensa dos indígenas: “este salto, a que a voz do povo, que só aceita nomes naturais para os acidentes topográficos, denominou Salto do Canoinhas”. Especificamente em relação aos indígenas, a chegada ao Salto do rio Canoinhas expôs a existência, em ambas as margens, de “duas picadas de índios”, reconhecendo “passagem em diferentes épocas, o que me fez supor que era o caminho habitual dos silvícolas” (Jornal Conservador, *op. cit.*, 24/11/1888).

A presença indígena e cabocla era constante e intensa em toda aquela região entre Canoinhas e Rio Negro. Há indícios da existência de um aldeamento organizado nas cercanias de Rio Negro, tendo sido o mesmo extinto no ano de 1877 (Jornal Conservador. Ano V, N.º 273. Desterro, 03/12/1888).

A tensão entre os indígenas e os invasores de suas terras teve como ponto de inflexão a instalação de uma colônia de imigrantes em Rio Negro, Paraná, no ano de 1829. A localidade recebeu um total de duzentas e trinta e oito pessoas, oriundas em sua maioria da Alemanha, entre outras nacionalidades (GOULART FILHO, 2012, p.128).

Nas décadas seguintes, incrementou-se a proximidade e os embates entre os imigrantes e os grupos indígenas. Um dos episódios passíveis de análise refere-se a captura e sequestro de um jovem menino indígena de 14 anos por parte de um dos líderes da colônia, Sr. Maeder, um sueco que costumava administrar a catequese e realizar expedições pelo sertão. O imigrante manteve o menino na vila de Rio Negro,

vivendo com sua família. Levou o pequeno Xokleng até Curitiba onde “tirou bem um retrato”. Quando retornou ao Rio Negro, tomou conhecimento que os “botocudos” rondavam durante as noites a sua casa e as demais, em busca do “bugrinho”. Seu nome era Covi:

Esta criança bonita e bem constituída, tinha o cabelo completamente rapado, não usava tanga e simplesmente trazia como adorno um T de madeira bem polida, suspenso de um furo no meio do lábio inferior, com a perna vertical pendente para o exterior, e cordas de imbirá enroladas em volta dos tornozelos e dos pulsos, as quais afrouxava quando queria correr ou fazer qualquer outro exercício. Mostrava-se muito admirado e muito observador de tudo quanto via, principalmente dos vidros das janelas que, continuamente lhe prendiam a atenção. Revelava especial cuidado e dedicação para com o filhinho mais novo do Sr. Maeder, criança de poucos meses, correndo a tocar nos braços deste senhor assim que o via chorar. Conservou-se pouco mais de um mês no Rio Negro e nunca pronunciou palavra alguma (Jornal Conservador, op., cit., 03/12/1888).

Meses mais tarde, outro menino indígena foi aprisionado nos matos da Estiva, atual município de Papanduva, tendo sido levado a Rio Negro, onde passou a viver com uma família de imigrantes. Este menino, batizado com o nome de Felício, aprendeu a falar português e relatou que o primeiro menino apreendido chamava-se Covi, era filho do cacique e que após seu aprisionamento seu pai ordenara aos chefes que buscassem o menino. Logo após a expedição ter retornado, sem Covi, o mesmo conseguiu fugir e retomar ao convívio com os indígenas.

O texto jornalístico apresenta ainda o depoimento de um dos imigrantes, que retransmite informações passadas pelo menino índio: “nunca me hei de esquecer da precisão com que me descrevera o Salto do Canoinhas, que me contou haver atravessado muitas vezes às costas de seus pais” (Jornal Conservador, op., cit., 03/12/1888).

Com base nas informações coletadas, pode-se perceber intensa circulação dos indivíduos do grupo Xokleng, que habitavam o território. “Felício”, fora capturado nos campos da Estiva, cerca de trinta quilômetros de distância do Salto do rio Canoinhas, referenciou o local por ter atravessado o salto carregado pelos pais. Levado para Rio Negro, relatou fatos que haviam ocorrido com Covi, filho do chefe, que fora capturado próximo a vila. Havia intensa movimentação dos indígenas, que percebiam seu território sendo ocupado paulatinamente pelos invasores.

Conquanto o final feliz para Covi, a documentação disponível permite identificar outros embates entre os imigrantes instalados em Rio Negro e os indígenas do entorno, além da tensão presente em toda aquela área. Em vinte e sete de fevereiro de 1872, um dos colonos de Rio Negro, enviou solicitação por escrito ao Presidente da Província do Paraná, requerendo uma concessão de terras para iniciar uma fazenda de criação naquela vila. A solicitação do colono continha o pedido de desconto sobre o valor da braça de terra, tendo em vista que o local “é infestado por hordas de bugres”, o que lhe traria mais despesas (Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial, 1871-1892).

Conforme o final do século XIX se aproximava, os conflitos entre indígenas e colonos se difundiram por toda a região e, em muitas ocasiões, tiveram desfechos violentos.

Em 1890, o jornal carioca O Apóstolo, mantido pela Igreja Católica e distribuído por vários estados do país, publicou em pequena nota:

Nas fronteiras do Paraná, aquém do rio Canoinhas, deu-se um morticínio bárbaro. Alguns tropeiros, passando a serra foram plantar em terras dos indígenas, mas estes opondo-se, lutaram e na luta foi flechado um moço que morreu algumas horas depois. Esta morte foi motivo para perseguição e vingança horrível [...] foram mortos uns 40, não poupando-se mulheres nem crianças! Os vencedores trouxeram os troféus da vitória, como arcos, flechas, pedras, cordas, etc. Seremos povo civilizado? (Jornal O Apóstolo – Ano V, N.º 202. Rio de Janeiro, 02/04/1890).

Entre os conflitos que chegaram às páginas dos jornais, há o registro de um embate na região do Timbozinho, interior do atual município de Canoinhas e próximo do local onde anos mais tarde seria construído o reduto de Pedras Brancas, durante o movimento sertanejo do Contestado. O ‘ataque’ dos indígenas ocorreu em dezembro de 1898 e resultou na morte de dezesseis colonos. Segundo a imprensa de Curitiba, teria sido a segunda ocasião em que conflitos com os indígenas ocorreram naquela localidade, o que sugere que o ‘ataque’ foi uma reação a alguma violência anteriormente perpetrada pelos invasores de suas terras (Jornal A República. Ano XII, N.º 270. Curitiba, 08/12/1898). Desde então a localidade recebe a alcunha de “Serra das Mortes”.

O incremento da tensão e dos conflitos foi influenciado, também, pelo fato da região ter sido conectada, nos últimos anos do século XIX, ao sistema ferroviário paranaense, quando a vila de Rio Negro tornou-se estação da Estrada de Ferro

Curitiba-Paranaguá, através de um ramal ferroviário cuja construção foi finalizada no ano de 1895. Além disso, toda a região passou a receber novos contingentes de imigrantes, especialmente de origem eslava, oriundos do leste europeu.

Porém, antes da instalação dos imigrantes em Rio Negro, em 1829, outros eventos suscitaram tensão entre indígenas e fazendeiros, sitianteiros e tropeiros, em especial, a abertura da Estrada de Tropas, em 1728 e a reforma de um segmento da estrada, realizada entre 1826 e 1829, trecho que passou a ser conhecido como Estrada da Mata, que ligava a Serra do Espigão a Rio Negro.

ESTRADA DAS TROPAS – QUE TAL EXPLICAR BREVEMENTE EM UMA NOTA DE RODAPÉ?

As vilas e cidades criadas em decorrência da disputa de limites entre Paraná e Santa Catarina, caso do município de Canoinhas, eram povoados e locais de ocupação muito mais antigos do que sugerem as datações oficiais. Embora o reconhecimento oficial e a instituição de uma estrutura estatal, que legitimava a jurisdição de determinado estado, as pessoas estavam ali muito antes. No caso da região norte do Planalto Catarinense, a presença não indígena passa a ocorrer efetivamente com a abertura da Estrada de Tropas, a partir do ano de 1728, caminho que interligava as províncias do Rio Grande do Sul e São Paulo, acelerando o processo de ocupação do território, motivado pelo desenvolvimento das atividades auríferas do século XVIII e, posteriormente, pela expansão do complexo cafeeiro, durante o século XIX. A partir de 1733, têm início as feiras, realizadas em Sorocaba, onde eram comercializadas as mulas, tangidas desde o interior do Rio Grande do Sul (SUPRINYAK, 2008, p. 323).

O trecho da Estrada de Tropas, que singrava o território norte do Planalto Catarinense, foi denominado “Sertão”, mas era comumente conhecido como Estrada da Mata, os dois nomes sugerem um segmento de difícil travessia. Realmente, o trecho referido, continha, ao longo dos 198 quilômetros de extensão, um total de 13 pontes, 37 pontilhões, 06 açudes, 14 passos nos rios e 15 pequenos morros (Relatório do Presidente da Província do Paraná, 1860).

No ano de 1826, foram iniciadas obras de melhoria no trecho da Estrada da Mata, entre a Serra do Espigão e Rio Negro. As obras iniciaram em 26 de março de

1826 e terminaram em maio de 1829. Durante a execução das obras, intensificou-se os conflitos com os indígenas, fato que motivou a criação do Registro Fiscal, em Rio Negro.

A distância entre Rio Negro e Canoinhas era de noventa e oito quilômetros, exatamente o trecho mais difícil do caminho, denominado “Mata das Araucárias”, contendo terrenos úmidos, montanhosos e dezenas de riachos. Com o avanço dos tropeiros, a instalação de novos moradores, fazendas e pontos comerciais, ocorreu a intensificação da ocupação daquela área.

NEM INDÍGENAS NEM TROPEIROS, APENAS O PIONEIRO: FRANCISCO DE PAULA PEREIRA

Embora a narrativa oficial sobre o surgimento do município de Canoinhas reserve um papel de destaque a Francisco de Paula Pereira, dentro dos padrões necessários à manutenção de uma aura de heroísmo e sacrifício, há aspectos acerca da trajetória e das escolhas dessa figura, especialmente após sua instalação na região, que foram ignorados ou omitidos por memorialistas e historiadores.

Oficialmente, Francisco de Paula Pereira, oriundo da região de São Bento do Sul, refugiou-se no norte do planalto em decorrência de disputas políticas violentas deflagradas em sua região de origem. Tendo chegado ao local onde hoje situa-se o município de Canoinhas, encontrou ricos ervais, tendo assentado ali morada e iniciado a povoação, juntamente com membros da sua família, peões e agregados.

Anteriormente, em julho de 1880, Francisco de Paula Pereira fora eleito Juiz de Paz, juntamente com outros oito colonos. Dois anos mais tarde, foi novamente eleito para o cargo. Ele fora um dos precursores do movimento republicano na região, tendo assinado um manifesto publicado em São Bento do Sul, em junho de 1886, quatro dias antes do Primeiro Congresso Republicano, realizado no Rio de Janeiro. No mesmo ano, Pereira, então lavrador e Juiz de Paz, membro do Partido Liberal, para evitar a derrota de seu partido, promoveu a anulação da segunda eleição municipal de São Bento do Sul, adiando o pleito para 12 de outubro do mesmo ano. Em decorrência do ato, foi processado. Apesar do imbróglio jurídico e político, Pereira foi novamente eleito Juiz de Paz e assumiu a função em janeiro de 1887 (TOKARSKI, 2002, p. 36).

Contudo, transcorrido pouco mais de um ano, o lavrador e político proeminente já se encontrava na região de Canoinhas, onde instalou-se às margens do rio em 03 de maio de 1888, data que, mais tarde, seria definida como o dia de fundação do município.

Um fato que marcou profundamente os primeiros anos da ocupação liderada por Francisco de Paula Pereira consistiu na passagem e presença do Monge João Maria. A figura do peregrino influenciou de forma significativa os líderes da comunidade:

Quando ali apareceu o monge João Maria, levou-o para junto de casa, onde passaram a concentrar-se algumas centenas de pessoas. Pereira, o chefe político local, levantou perto do lugar, no alto de um morro, uma grande cruz. Joaquim Branco ergueu uma capela. Dessa capela veio chamar-se a Vila Santa Cruz de Canoinhas. Dizia-se que o monge havia instalado ali 'a sua oficina' (VINHAS, 1966, p. 41).

Oswaldo Rodrigues Cabral também referencia a aparição do Monge João Maria em Canoinhas. Segundo o autor, Francisco de Paula Pereira, "muito fanático", teria levantado uma cruz no lugar em que João Maria dormia, no alto de um morro. Próximo ao local, havia uma vertente de água limpa, da qual o Monge bebia e que "os fanáticos" acreditavam se tratar de água santa, que curava os que dela bebessem ou se banhassem. A mando de Pereira, foi erigida uma cruz preta naquele local e quando o Monge partiu, construiu-se uma capela onde, todos os domingos, "auxiliado por um preto de nome Romão", ali ia cantar a ladainha (CABRAL, 1979, p. 321).

Há certa confusão em relação à data em que João Maria teria ocorrido ao arraial de Canoinhas. Cabral, citando informações colhidas por Fernando Oswaldo de Oliveira, político local e escritor, afirma que Dona Maria Cordeiro Pacheco conheceu o monge em 1893 e que em 1896 teria ocorrido outra visita do monge, na qual profetizou a destruição da cidade: "Há de chegar o tempo de muito pasto e pouco rastro!". A frase indicava que o mato tomaria conta dos caminhos onde antes os habitantes deixavam o sinal dos seus passos. "Dois amigos haveriam de encontrar-se e dizer um ao outro: - 'Aqui foi Canoinhas'" (CABRAL, 1979, p. 319).

Após conhecer o monge, Francisco de Paula Pereira passou a adotar um conjunto de práticas religiosas e incorporá-las ao cotidiano da povoação que

liderava. Em pouco tempo, parte da imprensa do Paraná já nominava Francisco de Paula Pereira e os demais moradores de Canoinhas de “bandidos fanáticos” e o líder da povoação de “Bispo” ou “monge” e rapidamente a cifra de 500 homens armados chegou às páginas dos jornais, especialmente após uma entrevista do Secretário de Estado Cândido de Abreu, segundo o qual “tem grutas, parodiando os antigos cristãos, hermidas, uma capela de culto extravagante, distintivos, sinais e outros aparatos religiosos. Os fanáticos trajam pala e bombacha”, ainda segundo a entrevista do político paranaense, “a doutrina pregada pelo Bispo é a mesma de Antônio Conselheiro” (Jornal A República. Ano XII, n.º 267. Curitiba, 22/12/1897).

Pode-se supor que o agravamento da tensão entre os estados em função da Questão de Limites impeliu o político paranaense a criminalizar publicamente a pequena povoação liderada por Francisco de Paula Pereira e a tentativa de aproximá-lo com a imagem do Conselheiro poderia representar a busca por legitimidade para uma intervenção armada, tal qual ocorreu na localidade de Entre Rios, município de Lages (MACHADO, 2204, p. 78).

O Diário do Paraná, adversário político do jornal República, em uma luta de grupos políticos republicanos paranaenses pelo poder, passou a desmentir as informações que haviam sido publicadas, legando um conjunto de elementos bastante amplo. Um comerciante de erva mate que atuava na região de Canoinhas, Sr. Augusto Roderjan, afirmou que Pereira era negociante pacífico, indiferente à política, “que compra erva mate para remeter em balsa para o Rio Negro”. Afirmou ainda que Francisco Pereira “é curandeiro e intitula-se espírita, o povo ignorante o venera e o considera um homem superior” e que “essa gente ignorante parece não se preocupar com política” (Jornal Diário do Paraná. Ano II, n.º 69. Curitiba, 31/03/1897).

No mesmo período, foi publicada uma carta do Reverendo Vicente Bronikowski, Vigário de Rio Negro, escrita em 15 de março de 1897. Segundo o religioso, ele estivera por cerca de dez dias em Canoinhas, tendo sido recebido por Chico Pereira e cerca de cinquenta pessoas, as quais não foram hostis para com ele. Relata em sua carta que realizou dezessete batizados e cinco casamentos. Porém, o reverendo afirma que havia na comunidade entre quinhentas e setecentas pessoas e que o número de batizados (setenta) e casamentos (trinta) deveria ter sido muito maior, mas os moradores disseram que esperavam por outra pessoa para

realizar as cerimônias, um “Profeta”, “de que profeta eu não sei” (Jornal Diário do Paraná. Ano II, n.º 69. Curitiba, 31/03/1897).

Certamente o profeta esperado pelos canoinhenses era o monge João Maria, que costumava realizar batizados e outras cerimônias religiosas sem cobrar.

Francisco Pereira morreu em outubro de 1898 e a capela que havia sido por ele erigida ficou aos cuidados de uma comissão, a cujo presidente os caboclos levavam ofertas para a “Santa Cruz” (CABRAL, 1979, p. 151), nome que seria adotado a partir de 03 de julho de 1902, quando a povoação transformou-se em distrito de Curitibaanos, com o nome de Santa Cruz de Canoinhas. A autonomia chegaria em 1911, quando a localidade passou a ser município do estado de Santa Catarina, emancipado em meio à elevação da tensão com o estado do Paraná em decorrência da Questão de Limites.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço dos estudos sobre a região e o movimento sertanejo do Contestado (1912-1916), levado a efeito nas últimas décadas, expôs a ausência de pesquisas sobre algumas temáticas ligadas ao Contestado. Dois desses temas que carecem de pesquisas referem-se à história das populações indígenas daquele território e sua relação com os eventos que resultaram na deflagração do movimento sertanejo; o processo histórico que resultou no surgimento de vilas e municípios naquela área, especialmente na região limítrofe entre os estados do Paraná e Santa Catarina. De certa forma, ambos os temas padecem do mesmo mal, ou seja, são obscurecidos pela manutenção de uma narrativa na qual os imigrantes europeus e os desbravadores são considerados heróis que viabilizaram a ocupação da região e deram os primeiros passos em relação ao desenvolvimento, em detrimento dos silvícolas que ali estiveram antes e testemunharam o amanhecer de muitos dias. Versões que não se encaixam no perfil do herói e do mito fundador do município e, principalmente, que reconhecem a pré-existência das populações indígenas, não encontram espaço na narrativa oficial da região, ou mesmo entre memorialistas e alguns historiadores. Assim, a narrativa, omite, oculta e oblitera os indígenas, escravos, caboclos, tropeiros, monges, peões e agregados. De fato, o encontro de concepções de mundo divergentes produz conflito, violência, levando a

sobreposição de um a outro. No fim, tradicionalmente coube ao vencedor a narrativa destes processos, mascarando realidades, ofuscadas pela lente deturpada deste, como se as reais vítimas fossem os obstáculos no caminho de desenvolvimento a ser trilhado.

É imperativo aos indivíduos que residem em uma determinada região conhecerem o processo histórico que lhes trouxe até aqui. Entender a violência, o genocídio e a disputa pelo poder nas décadas e séculos anteriores, permitirá ao cidadão compreender os conflitos étnicos, sociais e religiosos que estão na base de sua história e de seu município. Rememorando as contundentes palavras de Peter Burke: “O papel do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer”.

REFERÊNCIAS

A REPÚBLICA, a. 12, n. 267. Curitiba, 22 dez. 1897.

A REPÚBLICA, a. 12, n. 270. Curitiba, 08 dez. 1898.

CABRAL, O. R. **A Campanha do Contestado**. 2.ed. rev. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CANOINHAS 100 ANOS, terra lavrada por muitas mãos. **Correio do Norte**, Canoinhas, set. 2011.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CARVALHO, M. M. X. **Uma grande empresa em meio à floresta**: a história da devastação da floresta com araucária e a *Southern Brazil Lumber and Colonization* (1870-1970). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

CATÁLOGO Seletivo de Documentos Referentes aos Indígenas no Paraná Provincial, 1871-1892.

CONSERVADOR, a. 5, n. 266. Desterro, 24 nov. 1888.

CONSERVADOR, a. 5, n. 273. Desterro, 03 dez. 1888.

DALLANORA, C. Conflito de terra e formas de apropriação no Meio-Oeste Catarinense: o caso de Vivaldino Silveira de Ávila (1916-1930). **Conversas & Controvérsias**, v. 4, p. 127-148, 2017.

DIÁRIO DO PARANÁ, a. 2, n. 66. Curitiba, 27 mar. 1897.

DIÁRIO DO PARANÁ, a. 2, n. 69. Curitiba, 31 mar. 1897.

ESPIG, M. J. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (1909-1915). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

GOULART FILHO, A. “A Estrada da Mata e a integração regional pelo interior do Brasil meridional”. **Textos de Economia**. Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 111-138, jul/dez. 2012.

IBGE. **Canoinhas Santa Catarina**: Monografia: n. 244, 1961. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/canoinhas/historico>>. Acesso em: 17 out. 2017.

KARSBURG, A. O. **O Eremita das Américas**: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**: a formação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

O APÓSTOLO, a. 5, n. 202. Rio de Janeiro, 02 abr. 1890.

POYER, V. **Fronteiras de uma guerra**: diplomacia e política internacional em meio ao movimento social do Contestado, 1907-1918. Tese (Doutorado em História) – UFSC. Florianópolis, 2018.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Paraná, 1860.

REPÚBLICA, a. 8, n. 83. Florianópolis, 24 abr. 1897.

RODRIGUES, R. R. **Veredas de um grande sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. Tese (Doutorado em História) – Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008.

SANTOS, S. C. dos. **Índios e brancos no sul do Brasil**: a dramática experiência Xokleng. Florianópolis, Ed. Edeme, 1973.

SUPRINYAK, C. E. O mercado de animais de carga no Centro-Sul do Brasil Imperial: Novas Evidências. **Est. econ.**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 319-347, abr./jun. 2008.

TOKARSKI, F. **Cronografia do Contestado**: apontamentos históricos da região do Contestado e do sul do Paraná. Florianópolis: IOESC, 2002.

TOMPOROSKI, A. A. **O polvo e seus tentáculos**. *A Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. Tese (Doutorado em História) – Florianópolis: UFSC, 2013.

VALENTINI, D. J. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da *Lumber* e a Guerra na região do Contestado (1906-1916)**. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História) - PUC/RS. Porto Alegre, 2009.

VINHAS DE QUEIROZ, M. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WELTER, T. **O profeta São João Maria continua encantado no meio do povo. Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UFSC, Florianópolis, 2007.

Artigo recebido em: 24/09/2019

Artigo aprovado em: 18/11/2019

Artigo publicado em: 18/11/2019